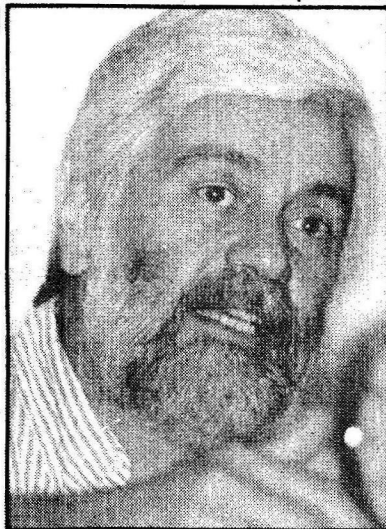


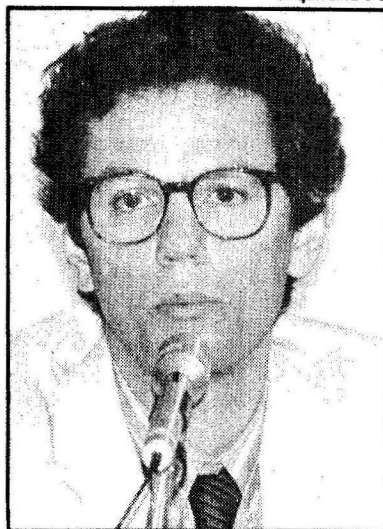
Governo deve mais no Brasil do que para credor externo

Arquivo/23-3-88



Edmar Bacha é professor da PUC

Arquivo/12-9-89



Paulo Nogueira Batista, da FGV

Pela primeira vez, a dívida interna superou a dívida externa do setor público. O passivo externo do Governo caiu de US\$ 92 bilhões para US\$ 81 bilhões, entre 1987 e março de 1989. Se por um lado, conforme observou o professor da PUC carioca Edmar Bacha, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, conseguiu uma redução de 11,9% na dívida com os credores externos, por outro aumentou os débitos do setor público de US\$ 61 bilhões em 1987 para US\$ 92 bilhões em março desse ano. Bacha fez estes comentários durante o VI Encontro de Economistas do Rio de Janeiro, promovido pelo Instituto dos Economistas, Sindicato e Conselho Regional de Economia.

O painel sobre dívida externa, que reuniu ontem, na Casa do Economista, além de Bacha, o professor da UFRJ Francisco Eduardo Pires de Souza, o ex-Presidente do Banco Central Paulo Lira e o economista Plínio de Arruda Sampaio Júnior, foi um tanto polêmico. E colocou de um lado Plínio Júnior de Bacha, defendendo o equacionamento do déficit público, e de outro Pires de Souza, que abordou a questão dívida sobre o enfoque do balanço de pagamentos.

O Professor Paulo Nogueira Batista Junior, da Fundação Getúlio Vargas, que participou do debate pela manhã, lembrou ainda que a taxa média de juros paga pela dívida interna foi de 13,5% ao ano no período de 1983 a 1988. Enquanto isso, os juros da dívida externa ficaram em 10,5% ao ano no mesmo período.

Edmar Bacha propôs a suspensão dos pagamentos dos juros externos como forma de solução para o excesso de liquidez da dívida interna. Uma espécie de moratória negociada, como ele definiu. Trata-se da criação de um fundo (de cerca de US\$ 10 bilhões), formado com a parte do superávit comercial destinada ao pagamento de juros e depositado no BIS (Banco de Compensação, na Suíça) ou no Banco Mundial. Enquanto isso, Paulo Nogueira é favorável a uma saída negociada entre Governo e credores.

A idéia é a de que seriam emitidos

títulos, lastreados nestes dólares, resgatáveis em, por exemplo, 20 anos e remunerados pela **libor** (taxa interbancária de Londres) mais a desvalorização cambial. Estes títulos seriam oferecidos em leilão aos credores da dívida interna. Com estes US\$ 10 bilhões, observa Bacha, o Governo liquidaria cerca de US\$ 48 bilhões de sua dívida interna e lançaria a pedra fundamental para a estabilização da economia no País. A questão está em como negociar uma suspensão de pagamentos aos credores externos por dois anos (período necessário para a formação do Fundo).